



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/2023

Institui no município de Guaçuí o “Dia dos Cavaleiros de Santa Cruz” a ser comemorado anualmente em 02 de junho.

A Vereadora *in fine* assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação do Plenário o seguinte:

Art. 1º Fica instituído no município de Guaçuí o “Dia dos Cavaleiros de Santa Cruz”, a ser comemorado, anualmente, no dia 02 de junho.

Art. 2º O evento ora instituído passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos no Município de Guaçuí-ES.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guaçuí, em 20 de março, de 2023.

MARIA LUCIA DAS DORES
Vereadora 2021/2024



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/2023

Trata-se de Projeto de Lei que INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, O DIA 02 DE JUNHO COMO “O DIA DOS CAVALEIROS DA SANTA CRUZ”.

Às vésperas da Independência do Brasil, dom Pedro I enviou de São Paulo uma carta ao seu amigo e ministro José Bonifácio. No final, cravou um pedido misterioso: “Recomende-me aos senhores nossos II e CC (...)”.

Essa simples frase, cheia de pontos em formatos estranhos, revela o contato estreito do então príncipe regente, a pouco tempo de virar o primeiro governante do Brasil independente, com duas sociedades secretas operantes durante o processo histórico que culminou no 7 de Setembro. Os três pontos, cada um no que seria um vértice de uma pirâmide, antecedidos por duas letras “i”, são ainda hoje utilizados por membros da Maçonaria e significam “irmãos”. Se essa primeira sociedade permanece conhecida no mundo inteiro, a seguinte, que se revela nas duas letras “c” seguidas por quatro pontos em forma de cruz, que significavam “camaradas”, foi uma ordem secreta 100% brasileira que teve vida efêmera. Tratava-se do “Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz”, ou, simplesmente, Apostolado.

A Maçonaria e o Apostolado na independência

Dom Pedro foi iniciado na Maçonaria em 2 de agosto de 1822, adotando o nome de Guatimozin, o último imperador asteca que tentou resistir aos invasores espanhóis. Nesse período, a partir de 1821, com a campanha de emancipação política do Brasil, as lojas existentes começaram a ter um papel político mais vigoroso, embora já existissem registros de atividades maçônicas no Brasil desde o século 18. Em 1822, durante o processo da Independência, foi criado o Grande Oriente do Brasil, ou Brasiliano, conforme ata de 17 de junho, com o qual a Maçonaria brasileira libertou-se e tornou-se independente do Grande Oriente Lusitano.

Inspirado pelos ventos da Revolução Francesa, da independência da América do Norte e das Guerras Napoleônicas, que varreram por algum tempo da Europa o absolutismo, a Maçonaria brasileira tentava atrair o então príncipe regente. Se alguns elementos maçônicos sonhavam com a implantação da República no Brasil, a maioria achava que a independência definitiva de Portugal se daria de maneira menos traumática se contasse com a simpatia de dom Pedro, por isso buscou envolvê-lo na causa.

Foram os maçons, capitaneados por Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, que se movimentaram para dissuadir dom Pedro de cumprir as ordens das Cortes Portuguesas, que solicitaram o retorno dele à Europa em 1821. Inclinado a respeitar as diretrizes das Cortes, o príncipe regente foi convencido pelo movimento de Ledo e Pereira, que conseguiram a adesão de representantes de Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Bahia ao pedido para que não deixasse o Brasil, levando ao Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822. Em 13 de maio, a Maçonaria concedeu a dom Pedro o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Reino Unido do Brasil”, o qual o príncipe declinou parcialmente, aceitando apenas o de “Defensor Perpétuo”.



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

O Apostolado da Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz foi fundado por José Bonifácio em 1822, com o objetivo de defender a integridade do Brasil e lutar por sua independência. Porém o propósito primordial era combater o grupo de Gonçalves Ledo, que, se a princípio havia aceitado a monarquia constitucional como caminho rápido para a separação, acalentava o sonho republicano.

Tanto a Maçonaria como o Apostolado acabaram sendo, cada um a seu tempo, fechados por ordem de dom Pedro. Mas a influência das duas sociedades secretas no processo político da Independência é inegável. Das reuniões do Apostolado entre janeiro e março de 1823, como mostram as atas reunidas no Acervo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis, há debates de artigos que seriam apresentados ao projeto da Constituição do Império em setembro pelo deputado Antônio Carlos, irmão de Bonifácio.

O escritor Luiz Gonzaga da Rocha, presidente do Tribunal Distrital de Justiça do Grande Oriente do Distrito Federal e autor de A Bucha e Outras Reminiscências Maçônicas, afirma que as sociedades secretas perderam poder. “A Maçonaria exerce pouca ou quase nenhuma influência na sociedade brasileira”, diz. Segundo Rocha, isso ocorre devido ao baixo índice de inserção social e ao fato de a sociedade estar afastada do cenário político-econômico-social e das discussões das questões de interesse nacional.

Neste sentido, para ficar marcada a chegada da ordem paramaçônica no município de Guaçuí é que se prestigia esta data (02 de junho) a ser constituída como data oficial no calendário de eventos da municipalidade.

Por essas razões, submeto aos meus pares este projeto de lei, contando com seu apoio para que ele seja aprovado.

Sala das Sessões “Dr. Francisco Lacerda de Aguiar”

Guaçuí/ES 20, março de 2023

MARIA LUCIA DAS DORES
Vereadora